

Contextualismo e Ceticismo

Contextualism and Skepticism

Patricia Ketzer*

RESUMO: Historicamente a epistemologia tem definido conhecimento como universal e infalível. Mas a tradição não deu conta de resolver de forma suficientemente satisfatória as questões colocadas pelos céticos. Diante disso, reformulações no conceito de conhecimento têm sido admitidas, dando origem a novas abordagens em Epistemologia. Dentre as novas teorias epistêmicas encontra-se o contextualismo, que defende que conhecimento é relativo ao contexto em que está inserido e no qual é discutido. Os contextualistas acusam a epistemologia tradicional de ignorar os diferentes contextos em que há conhecimento, ao tomar como padrão um contexto epistemológico altamente rigoroso, que regula o conhecimento em qualquer circunstância. Segundo os defensores do contextualismo, o simples fato de considerar as diferenças contextuais já eliminaria o ceticismo. Este trabalho pretende mostrar que o contextualismo corresponde a uma nova forma de compreender o conhecimento em epistemologia e, para tal, reformula os principais conceitos da tradição. O contextualismo compreende conhecimento de uma forma prática, defende que as normas sociais devem ser levadas em conta na epistemologia e, sobretudo, opõe-se às objeções céticas.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia. Justificação. Contextualismo. Contextos. Ceticismo.

ABSTRACT: Historically epistemology has defined knowledge as universal and infallible. However, tradition has not accounted for solving in a sufficiently satisfactory way the issues posed by skeptics. Consequently, reformulations of the concept of knowledge have been proposed, developing new approaches to Epistemology. Contextualism is to be found among the new epistemic theories, defend that knowledge is relative to the context that it is inserted and in which it is discussed. Contextualists accuse traditional epistemology of ignoring the different contexts in which there is knowledge by assuming as a standard a highly strict epistemological context that regulates knowledge in any circumstance. According to defenders of contextualism, the simple fact of considering the contextual differences would eliminate skepticism. This work intends to show that contextualism corresponds to a new way of comprehending knowledge in epistemology, and in doing so, it reformulates the main concepts of tradition. Contextualism comprehends knowledge in a practical way, defending that the social norms should be taken into account in epistemology, and especially it opposes skeptical objections.

KEYWORDS: Epistemology. Justification. Contextualism. Contexts. Skepticism.

Na história da Filosofia, conhecimento tem sido concebido como universal e infalível, e justificação como uma cadeia de crenças, ligadas uma a outra por inferência, na qual as crenças

* Doutoranda em Filosofia – PUCRS/Capes. Contato: patriciaketzer@gmail.com

básicas justificam as não-básicas (fundacionalismo), ou como um conjunto de crenças, em que a justificação é fortalecida pela relação de coerência entre as crenças (coerentismo). Ao tentar propor uma solução ao problema do regresso infinito, detendo-o com crenças básicas justificadas, os fundacionalistas têm de explicar que propriedade estas crenças possuem que as torna básicas, e como a sua justificação é transmitida para outras crenças. O coerentismo, entre outras objeções, é acusado de circularidade viciosa, já que em um conjunto de crenças, se uma crença justifica a outra, em última instância, a primeira justifica a si própria.

As teorias da justificação fundacionalista e coerentista são ambas internalistas, ou seja, defendem que o conhecedor tem de fornecer as razões que justificam suas crenças. Mas, se a concepção internalista considera necessário que para haver justificação o sujeito tenha que saber que tem uma crença justificada, então o internalismo parece tornar o conhecimento demasiado difícil, quase inalcançável. Pois, exige que dentro da justificação das crenças seja requerido conhecimento, mas esta seria uma definição circular. Se a justificação é condição necessária para o conhecimento, como requerer conhecimento para que se tenha justificação? E esta é apenas uma das objeções dirigidas ao internalismo, as teorias tradicionais deixam muitas lacunas frente às objeções céticas a elas direcionadas.

A pergunta mais básica da epistemologia é: ‘o que podemos conhecer?’. Para respondê-la é preciso levar em conta as objeções levantadas pelo ceticismo. O ceticismo pode ser voltado para o conhecimento, negando que sejamos capazes de conhecer, ou para a justificação, negando que sejamos capazes de justificar nossas crenças. O ceticismo sobre conhecimento, em sua forma mais radical, afirma que não somos capazes de conhecer nada, mas, assim formulado, ele é facilmente refutável, pois se não podemos conhecer nada, não conhecemos, tampouco, esta afirmação. O ceticismo filosoficamente mais interessante é aquele que nega que tenhamos critérios racionais para defender uma crença em detrimento de todas as outras, ou seja, nega que possamos dar razões suficientemente boas para justificar nossas crenças. É este último tipo que tem atingido as teorias epistemológicas de forma mais contundente, frente a isto, reformulações no conceito de conhecimento têm sido admitidas, dando origem a novas abordagens epistemológicas.

Dentre estas novas abordagens encontram-se as propostas externalistas, segundo as quais o conhecedor não precisa ter acesso às razões que justificam suas crenças, basta que elas sejam geradas por processos confiáveis para que aquele que crê esteja justificado. Alguns autores defendem que a conexão entre o conhecimento e a justificação é rompida diante do externalismo, visto que tradicionalmente, a justificação foi entendida como ‘dar razões’, e o externalista dispensa o conhecedor de dar razões. Smith¹ ainda diz:

¹ SMITH, P. J. Conhecimento, justificação e verdade. *Dissertatio*, Pelotas, n. 23, p. 7-25, 2006, p. 14.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

Também se pode caracterizar esta posição dizendo que a idéia de justificação é reinterpretada. Não somente o sujeito da crença é dispensado de dar razões, como também a justificação não é mais propriamente entendida como uma boa razão. Trata-se, nessa nova epistemologia, de explicar como a crença é produzida de modo seguro e confiável. Em certo sentido, a justificação é substituída por uma explicação de por que a crença é verdadeira e confiável, explicação essa dada por alguém que observa a pessoa que tem a crença.

O externalista vai defender que os problemas céticos foram um erro de compreensão do que é justificação, pois eles só ocorrem se admitirmos que justificar é dar razões. Se aceitarmos que uma crença está justificada quando é gerada por um processo confiável, não há regresso infinito, nem circularidade. O problema é que só aceitaremos o externalismo se houver boas razões para crê-lo verdadeiro, mas o externalista não admite que razões sejam necessárias, ele admite apenas explicações acerca do método de formação de crenças². Mas será que alguém, que esteja indeciso entre a epistemologia tradicional e o externalismo, aceitará isto como suficiente para adotá-lo?

O cético insistirá na pergunta acerca da realidade do mundo exterior. O externalista dirá que um mecanismo confiável de produção de crenças, que gere a crença de que somos pessoas de carne e osso (e que, portanto o mundo exterior à mente existe), é suficiente para provar que podemos conhecer. Segundo Smith³, o que o externalista está fazendo é mudar de assunto, pois quando lhe pedimos razões para crer em sua teoria, ou quando o cético solicita que ele prove a existência do mundo exterior, o externalista afirma que razões e provas são dispensáveis.

Além disso, o cético acusará o externalista de pressupor conhecimento em sua definição de justificação. No externalismo, quem atribui justificação é um observador que analisa o entorno do conhecedor e avalia se ele está de posse de conhecimento, para isto, o observador tem de conhecer a situação do conhecedor, tem de compartilhar o fato a partir do qual a crença é formulada, tem de ouvir a crença proferida. Neste processo, o observador admite que esteja de posse de tudo aquilo que o cético questiona: para avaliar se uma crença é conhecimento ele admite a existência de um mundo, no qual há pessoas, cuja mente somos capazes de acessar. A proposta externalista para o ceticismo só é viável se admitirmos que temos conhecimento. Mas por que admitiríamos isto tão facilmente, sendo esta exatamente a grande questão da epistemologia? O externalista, como já dissemos, não nos dará razões para tal, só nos restaria adotar arbitrariamente esta posição, mas sendo assim poderíamos ter adotado qualquer outra.

Supondo então que o externalista tente defender sua teoria, esta defesa não pode ser baseada nos conhecimentos até então admitidos por ele, pois neste caso estará andando em círculos. No

² Ver: SMITH, P. J. Conhecimento, justificação e verdade. **Dissertatio**, Pelotas, n. 23, p. 7-25, 2006.

³ Ver: SMITH, P. J. Conhecimento, justificação e verdade. **Dissertatio**, Pelotas, n. 23, p. 7-25, 2006.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

entanto, se ele recorrer a outros conhecimentos, que não os do mundo exterior e de outras mentes, terá que dar razões para admitirmos estes outros conhecimentos, o que provavelmente irá desencadear um regresso infinito. Assim, o externalismo acaba por cair nos mesmos problemas que afirmava evitar, e não apresenta alternativas às questões que acometem a epistemologia tradicional⁴.

Outra proposta externalista que se pretende como alternativa aos problemas deixados pela tradição é o contextualismo. Mas, afinal, que soluções a teoria contextualista pode oferecer ao ceticismo? Os contextualistas acusam a epistemologia tradicional de ignorar os diferentes contextos em que a justificação ocorre, ao tomar como padrão um contexto epistemológico altamente rigoroso, que regula a justificação em qualquer circunstância. Assim, o contextualismo de padrões considera que as objeções céticas são oriundas da indistinguibilidade entre contextos rigorosos e contextos cotidianos. Os defensores do contextualismo de alternativas relevantes, por outro lado, afirmam que a concepção de justificação como dotada de um valor universal, que exige a eliminação de todas as alternativas possíveis, é a origem do ceticismo no interior da justificação, deste modo, o simples fato de considerar as diferenças contextuais já eliminaria o ceticismo.

O contextualismo admite, como Moore, que as objeções céticas não são relevantes no dia-a-dia, mas não aceita que esta crítica seja suficiente em contextos rigorosos. Moore cometeu o mesmo erro dos céticos, só que ao contrário, considerou que a justificação utilizada cotidianamente poderia dar conta do desafio cético em contextos rigorosos.

O contextualista argumentará contra o cético que não existe apenas um, mas uma ampla variedade de contextos nos quais se atribui conhecimento e estar ou não de posse de conhecimento varia conforme estes contextos. Em situações cotidianas dúvidas céticas são descabidas, na mesa do café da manhã, por exemplo, não faz sentido questionar se os biscoitos no pote são reais ou hologramas criados por um cientista maluco. Não faz sentido elevar os padrões de justificação a este ponto para considerar S justificada em sua crença de que há biscoitos no pote, como não faz sentido considerar a alternativa de que os biscoitos sejam apenas hologramas criados por computador.

Lewis⁵, por exemplo, defende que nós sabemos a maior parte das coisas que cotidianamente pensamos saber, somente quando epistemólogos levantam anuladores remotos, ‘fantasias paranoicas’, para usar as palavras de Lewis, é que nosso conhecimento se vê ameaçado. Assim, o cético tem sucesso apenas em contextos epistemológicos, enquanto que em contextos da vida diária o conhecimento está garantido.

Diante disto, o contextualista alega que é o cético que está mudando de assunto, inserindo padrões excessivamente elevados, ou alternativas irrelevantes, em contextos em que isto não é

⁴ Ver: SMITH, P. J. Conhecimento, justificação e verdade. *Dissertatio*, Pelotas, n. 23, p. 7-25, 2006.

⁵ LEWIS, D. Elusive Knowledge. *Australian Journal of Philosophy*, vol. 74, p. 549-67, 1996.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

necessário. A proposta contextualista sinaliza uma ruptura com o conceito de uma justificação válida em qualquer tempo e espaço, trata-se de uma reformulação do conceito de justificação, em que os critérios variam de contexto para contexto.

A solução contextualista para o ceticismo consiste em considerar outros contextos, nos quais nós temos razões suficientes para tomar a maioria de nossas crenças como justificadas. Mas, segundo Smith⁶, tal argumentação não refuta o cético, ao contrário, o fortalece, pois o contextualista admite que em contextos rigorosos não somos capazes de refutar o cético, já que se trata de contextos com padrões elevados, ou em que as alternativas céticas são relevantes. Assim, o contextualista acaba por dar mais força ao ceticismo, corroborando-o com a afirmação de que em contextos rigorosos as dúvidas céticas devem ser levadas em conta, ora, o cético nunca esteve preocupado com situações cotidianas, e sim com situações de justificação. Como Smith⁷ afirma:

Ao perguntar para o contextualista ‘tenho uma boa razão para crer que não sou um cérebro num balde’, o cético ouvirá como resposta: no contexto epistemológico, não; mas no contexto da vida cotidiana, sim. Confrontado com essa resposta, o cético se sentirá aliviado, reconfortado mesmo, já que temia ser refutado, e simplesmente dirá que suas dúvidas nunca pretenderam atingir nossa vida cotidiana, mas apenas a reflexão filosófica sobre o conhecimento. O cético admitirá de bom grado que quando comprou o diamante de presente para sua mulher (supondo que um cético professor possa comprar um diamante) não pediu ao vendedor um certificado de que o diamante não era um sonho, ou mera imagem virtual, fruto de um supercomputador manipulado por cientistas malignos. Ele, cético, não é um louco. Mas ele insistirá no fato de que, no contexto epistemológico, suas dúvidas não foram satisfeitas. Como o próprio contextualista reconhece, não podemos dizer, em face do rigor epistemológico, que dispomos de boas razões para nossas crenças. Somente em contextos de menor rigor nossas crenças seriam aceitáveis.

Esta objeção ao contextualismo, que funciona quase como uma apropriação da teoria contextualista pelo cético, não tem validade diante do contextualismo de alternativas relevantes. A teoria das alternativas relevantes não defende a existência de contextos cotidianos frente a um contexto epistemológico, trata-se de uma pluralidade de contextos, regidos não por padrões, mas por alternativas, assim, o cético não possui um contexto epistemológico para ampará-lo, no qual suas objeções estariam ‘protegidas’ do contextualismo. Mas há outras objeções que podem ser levantadas diante desta proposta. Smith apresenta a distinção entre condições de afirmação (assertibilidade garantida⁸) e condições de verdade, o contextualismo não fornece critérios para distinguirmos entre o

⁶ Ver: SMITH, P. J. Conhecimento, justificação e verdade. **Dissertatio**, Pelotas, n. 23, p. 7-25, 2006.

⁷ SMITH, P. J. Conhecimento, justificação e verdade. **Dissertatio**, Pelotas, n. 23, p. 7-25, 2006, p.20.

⁸ S pode estar garantido ao fazer uma asserção. Pode-se dizer que a asserção foi feita de forma responsável, sem entrar na questão acerca do valor de verdade desta asserção. Assim, diz-se que esta asserção tem sua *assertibilidade garantida*, o que não quer dizer que ela seja verdadeira, mas que se está justificado ao fazê-la.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

verdadeiro e o falso no processo justificacional, apenas permite identificar quando uma afirmação é feita de maneira responsável, ou seja, quando a crença tem sua assertibilidade garantida.

A Teoria das Alternativas Relevantes defende que diante de determinadas circunstâncias, uma gama de alternativas deve ser levada em conta para considerar a afirmação justificada. Modificadas as circunstâncias, a gama de alternativas altera-se, de tal modo que a mesma crença está ora justificada, ora não, mas, o que o cético aponta é que isto não nos fornece critérios que permitam identificar a verdade das crenças, apenas nos fornece condições para avaliar quando uma pessoa faz uma afirmação de forma responsável. Para os adeptos desta teoria, o crente está certificado diante das circunstâncias em que profere sua afirmação, quando considera o que é relevante naquele ambiente, para crença em questão, mesmo que não esteja quando alternativas são inseridas. Dada a inserção de alternativas, pode ocorrer de uma crença justificada demonstrar-se falsa, e isto é compatível com a teoria.

Lehrer⁹ não considera a Teoria das Alternativas Relevantes uma boa solução para o ceticismo, ele afirma que “as alternativas céticas são relevantes, ao contrário do que Dretske defende. Elas são objeções genuínas”, além disso, os céticos irão argumentar que esta teoria confunde condições de verdade e condições de assertibilidade. Segundo eles, o fato de algumas alternativas serem irrelevantes para aquele contexto, não significa que elas sejam irrelevantes para a verdade da afirmação. Para Smith, assumir que não precisamos rejeitar todas as alternativas possíveis envolvidas em uma afirmação, significa aceitar uma teoria da percepção verificacionista ou idealista.

Ainda Smith¹⁰ salienta:

Supor que, para termos conhecimento, todas as alternativas que não as relevantes não precisam ser excluídas equivaleria a decretar que o real está limitado ao que podemos verificar por nossos procedimentos e que o que ultrapassa o que nos interessa excluir num contexto não existe ou não é possível. Somente seria real aquilo que é verificável por nossas práticas epistêmicas. Portanto, se aceitarmos que a justificação é sempre contextual e que uma justificação contextual estabelece a verdade da crença, então o contextualismo está comprometido com o verificacionismo e com alguma forma de idealismo: o real seria aquilo que podemos verificar por meio de nossas práticas e procedimentos de justificação. Esta, entretanto, é uma consequência inaceitável. O contextualista somente refuta o ceticismo ao preço, excessivamente alto para ser pago, de adotar o verificacionismo e o idealismo.

Já Fogelin¹¹ defende que exigir que alguém seja capaz de lidar com todas as alternativas possíveis é uma exigência excessiva, que acaba por minar o conhecimento. Se tivermos que considerar

⁹ LEHRER, K. **Theory of knowledge**. 2. ed. Colorado: Westview Press, 2000, p. 219.

¹⁰ SMITH, P. J. Conhecimento, justificação e verdade. **Dissertatio**, Pelotas, n. 23, p. 7-25, 2006, p. 20.

¹¹ FOGELIN, R. J. **Contextualism and externalism**: trading in one form of skepticism for another. *Philosophical Issues*, 10. Skepticism, 2000.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

todas as alternativas para cada uma de nossas crenças, passaremos a duvidar de todas nossas crenças, pois nenhuma evidência é tão forte que seja capaz de lidar com cada anulador possível.

Mas, segundo Smith, o contextualismo e outras formas de externalismo se apresentam muito mais como aliados do ceticismo do que como seus oponentes, ele defende que contextualistas, e externalistas em geral, apenas não se assumem céticos devido a uma interpretação errônea do ceticismo. Afirma mais, que a epistemologia contemporânea originou-se do ceticismo, na medida em que representa um abandono da epistemologia tradicional. Abandono este, decorrente da ineficácia da tradição em refutar as objeções céticas, portanto, reformular a epistemologia, como os epistemólogos contemporâneos têm tentado, é fruto de uma aceitação do ceticismo e da concepção de que “a justificação não estabelece de maneira definitiva e absoluta a verdade de nossas crenças”¹².

Ainda, há de se considerar que as novas abordagens epistemológicas, diante da reformulação que propõe ao conceito de justificação, se ocupam de outros problemas, diferentes daqueles enfrentados pela tradição. Conceitos centrais para a tradição, como o conceito de sujeito, sequer são mencionados nestas abordagens. Não se tratam de tentativas de dar conta dos velhos problemas, mas sim, novas compreensões de justificação, que geram outros problemas.

Segundo Smith, estas novas epistemologias concordam com o cético que os problemas gerados pela tradição são insolúveis, por isso propõe uma nova compreensão, com problemas passíveis de solução. Smith defende que os céticos poderiam, inclusive, se apropriar de algumas propostas inerentes a estas teorias, sem abandonar uma epistemologia cética, há um caráter científico nas novas abordagens, que poderia enriquecer as posturas céticas.

Smith apresenta um pacto implícito entre ceticismo e externalismo/contextualismo. Um comum acordo em que o cético pode usufruir de algumas propostas destes últimos, e em contrapartida os externalistas/contextualistas ficam livres da ameaça dos primeiros, visto que seus problemas frente à justificação são de outra ordem. O autor cita algumas das concepções que o cético pode usufruir sem comprometer a coerência de sua teoria:

Dois pontos ressaltados pela nova epistemologia e que podem ser integrados a uma perspectiva cética são, de um lado, a atribuição de crenças e, de outro, a idéia de que é preciso boas razões para duvidar, não bastando apelar para qualquer possibilidade num “cenário cético”. Além disso, um cético em nada obsta a uma investigação causal dos mecanismos de produção de crenças, bem como vê de bom grado o caráter contextual de nossos procedimentos de justificação. Por sua vez, a nova epistemologia nada tem a temer do cético, que só lhe dirige objeções, caso pretenda responder as velhas questões, ou seja, interpretada como tratando dos mesmos problemas tradicionais; ao contrário, a nova epistemologia substitui às velhas questões por novas e, nessa substituição, é herdeira da crítica feita pelo cético ao

¹² SMITH, P. J. Conhecimento, justificação e verdade. *Dissertatio*, Pelotas, n. 23, p. 7-25, 2006, p. 2

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

projeto epistemológico tradicional e, graças ao ceticismo, pode desembaraçar-se dos impasses tradicionais¹³.

Outro autor que defende que o contextualismo, e as teorias externalistas em geral, são teorias céticas é Fogelin¹⁴. Fogelin afirma que ao ser acusado de relativismo vicioso o contextualista combina sua teoria ao externalismo, e assim rompe a ligação entre conhecimento e justificação, em decorrência disto, anda lado a lado com o pirronismo. Fogelin é pirrônico, e defende que teorias contextualistas, mesmo sem saber, também são.

Também para Lehrer as “novas epistemologias” andam de mãos dadas com o ceticismo, acerca do falibilismo ele afirma: “nós, como o cético, negamos que nossas crenças tenham qualquer garantia de verdade. Nós, como o cético, admitimos que haja uma chance genuína de que qualquer de nossas crenças possam ser falsas”¹⁵. Mas, ele salienta a diferença entre ceticismo e falibilismo, a afirmação de que, apesar de estarmos sempre sujeitos ao erro, há algumas coisas que, por estarem avaliadas e respondidas todas as objeções, até o momento, podem ser aceitas como justificadas até que se prove que estavam erradas.

O principal problema levantado por Smith contra o contextualismo é abordado por Keith DeRose¹⁶. No artigo Contextualismo: Explicação e Defesa, o autor expõe sua concepção de contextualismo e responde a objeção de que os contextualistas confundem condições de verdade com condições de assertibilidade garantida. DeRose atribui a Barry Stroud a formulação invariantista que afirma que “diversos padrões que parecem regular as condições de verdade das atribuições de conhecimento devem, ao contrário, governar apenas suas condições de assertibilidade garantida”¹⁷. Para contrapor esta formulação, ele analisa as manobras de assertibilidade garantida (MAGs), e avalia quais tipos de MAGs são bem sucedidas e quais não o são.

DeRose contrapõe as teorias contextualistas àquelas que defendem uma estabilidade nas condições de verdade das atribuições de conhecimento, que são as invariantistas. A postura invariantista surgiu antes do contextualismo, que veio com o intuito de contrapô-la, e foi criada por Peter Unger, e apresentada em seu livro *Ignorance*, de 1975.

DeRose define contextualismo como:

¹³ SMITH, P. J. Conhecimento, justificação e verdade. *Dissertatio*, Pelotas, n. 23, p. 7-25, 2006, p. 23.

¹⁴ FOGELIN, R. J. **Contextualism and externalism**: trading in one form of skepticism for another. *Philosophical Issues*, 10. Skepticism, 2000.

¹⁵ LEHRER, K. **Theory of knowledge**. 2. ed. Colorado: Westview Press, 2000, p. 209.

¹⁶ DEROSE, K. **Contextualismo**: explicação e defesa. *The Blackwell guide to epistemology*. São Paulo: Loyola, 2008.

¹⁷ DEROSE, K. **Contextualismo**: explicação e defesa. *The Blackwell guide to epistemology*. São Paulo: Loyola, 2008, p. 308.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

[...] posição de que as condições de verdade da atribuição de conhecimento e sentenças que negam o conhecimento (sentenças da forma ‘S sabe que P’ e ‘S não sabe que P’ e variações correlatas dessas sentenças) variam de acordo com o contexto no qual são proferidas. O que varia, portanto, são os padrões que deveriam ser correspondidos por S (ou, no caso de uma negação do conhecimento deixar de corresponder) para que tal declaração fosse verdadeira¹⁸.

E invariantismo como a teoria que defende que “[...] existe um conjunto único e invariável de padrões que, pelo menos a medida que se sucedem as condições de verdade, governa o uso das atribuições de conhecimento sem levar em conta o contexto no qual elas são proferidas”¹⁹.

O ponto de divergência entre ambas as teorias não é a afirmação de que padrões diferentes determinam se falantes comuns irão ou não dizer que alguém sabe algo, mas, se estes padrões diferentes para atribuição de conhecimento refletem, ou não, padrões diferentes para as condições de verdade. O invariantista não nega que padrões diferentes determinem as atribuições de conhecimento, mas nega que estes padrões diferentes alterem os padrões para condições de verdade. É desta distinção que nasce a objeção de que o contextualismo confunde atribuição de conhecimento com condições de verdade.

Isto gera ainda a objeção de que posição contextualista não é uma posição epistemológica, mas uma parte da filosofia da linguagem, pois trata de atribuições de conhecimento, e não de conhecimento. O contextualismo está preocupado em responder quando se pode atribuir conhecimento a alguém, ou seja, em analisar quando uma pessoa está garantida em fazer uma asserção, e segundo esta objeção, a garantia das asserções é uma questão que diz respeito à filosofia da linguagem. Esta objeção não é problema para DeRose, o autor admite que, caso o contextualismo não seja mais que filosofia da linguagem é, ao menos, uma parte da filosofia da linguagem muito importante para a epistemologia. Trata-se de uma aceitação de que talvez o contextualismo seja um problema da linguagem, mas o fato de o contextualismo ser, ou não, a posição correta a se adotar, influenciará decisivamente no estudo epistemológico.

A afirmação contextualista frente ao ceticismo é a de que o cético está manipulando os padrões semânticos para o conhecimento, criando, desta forma, um cenário no qual ele pode afirmar que não sabemos nada. DeRose afirma que apesar de o cético conseguir nos convencer de que não sabemos nada, no cenário que ele criou, sentimos que há algo de estranho em afirmar que não sabemos nada em nossas conversas cotidianas. Assim, o que o contextualista quer defender é que nossas atribuições diárias de conhecimento são compatíveis com as negações céticas. Estamos de posse de

¹⁸ DEROSE, K. **Contextualismo**: explanação e defesa. The Blackwell guide to epistemology. São Paulo: Loyola, 2008, p. 298.

¹⁹ DEROSE, K. **Contextualismo**: explanação e defesa. The Blackwell guide to epistemology. São Paulo: Loyola, 2008, p. 299.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

conhecimento quando fazemos afirmações em conversações ordinárias, e não estamos quando a fazemos em conversações epistemológicas de alto nível.

O objetivo das teorias contextualistas é garantir nossas atribuições diárias de conhecimento, e ao mesmo tempo, explicar a persuasão do argumento cético. Explicar porque o cético consegue nos convencer de que não sabemos coisas que, na maioria do tempo, julgávamos saber. Segundo Brendel e Jäger a força dos argumentos céticos “consiste no fato de que tais argumentos são válidos e usam premissas que intuitivamente parecem verdadeiras, ainda que nós não desejemos aceitar estas conclusões”²⁰. Assim, o desafio de qualquer abordagem contextualista consiste em esclarecer como o cético consegue manipular os padrões para o conhecimento.

Entretanto, sabemos que o argumento cético é consistente, e não se pode facilmente refutá-lo, por isso seria simplista demais afirmar que o cético está simplesmente ‘mudando de assunto’, e utilizando mal o conceito de conhecimento. O argumento contextualista é, em geral, defendido por pares de exemplos, que demonstrarão circunstâncias diferentes em que a uma mesma afirmação, ora é atribuído conhecimento, ora é negado, em função da variabilidade de padrões. Quanto mais convincentes forem estes casos, maior será a intuição gerada em favor do contextualismo. A estratégia invariantista é demonstrar que esta intuição não existe, através de padrões diferentes para assertibilidade garantida das atribuições de conhecimento.

As manobras de assertibilidade garantida explicam porque, algumas vezes, uma asserção parece falsa quando é verdadeira, isto se dá devido à asserção ser imprópria naquelas circunstâncias. Desta forma, uma asserção verdadeira é tomada como falsa, pelo fato de ser não garantida, o contrário também pode ocorrer, mas é menos comum. Tais manobras são corroboradas pelo fato de que se pode, erroneamente, confundir assertibilidade garantida/não garantida com verdade/falsidade. Segundo os invariantistas, esta é a falha do contextualismo. “O contextualista costuma confundir uma contradição nas condições de assertibilidade garantida do conhecimento com uma contradição nas suas condições de verdade”²¹.

No intuito de refutar esta objeção e garantir o contextualismo, DeRose explicita um exemplo bem sucedido e um mal sucedido de manobras de assertibilidade garantida (MAGs). E por fim analisa o uso que o invariantista faz destas manobras, para demonstrar que elas não constituem argumento definitivo contra o contextualismo.

O primeiro exemplo de MAG apresentado por DeRose é relativo à utilização da asserção ‘É possível que p’. O uso desta asserção pode parecer errado, e completamente falso, ao ser proferido por alguém, em circunstâncias tais que esta pessoa saiba absolutamente que p. Isto porque, o ouvinte tende

²⁰ BRENDDEL, E.; JÄGER, C. Contextualism approaches to epistemology: Problems and Prospects. *Erkenntnis*, Netherlands, 61: 141-172, Kluwer Academic Publishers, 2004, p. 145.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

a adotar uma postura do tipo ‘não sei de jeito nenhum’ (NSDJN) frente à ‘É possível que p’. “NSDJN: A asserção de S ‘É possível que p’ será verdadeira se, e somente se: (1) S não souber que p é falso e (2) S não souber que p é verdadeiro”²². Mas segundo DeRose, o correto seria adotar o caminho ‘não sei de outro jeito’. “NSDOJ: A asserção de S ‘É possível que p’ será correta se, e somente se (1) S não souber que p é falso”²³.

Se considerarmos NSDOJ (não sei de outro jeito), S estará afirmando algo verdadeiro quando afirma ‘É possível que p’. A tendência que nos leva a pensar que a afirmação é falsa pode ser explicada por uma regra conversacional denominada ‘afirme a mais sólida’, segundo a qual p, ou ‘Eu sei que p’, são mais sólidas que ‘É possível que p’, por isso se S sabe que p ela deve afirmar a proposição mais sólida e não ‘É possível que p’. É por ‘É possível que p’ ser mais inconsistente, que se pode ter a impressão de que ela é falsa, e é isto que faz dela uma asserção não garantida. Mas, ser não garantida não a torna falsa.

No outro exemplo, DeRose apresenta uma manobra de assertibilidade garantida mal sucedida, para mostrar a diferença entre manobras de assertibilidade não garantida e falsidade. Consiste em pressupor uma situação na qual as condições de verdade para ‘S é solteiro’ não contenham nenhuma condição em que ‘S é não casado’, mas somente que ‘S é solteiro’ se, e somente se, ‘S é homem’. As intuições que indicam a falsidade de tal proposição são fortes, por exemplo, o fato de que em nosso comportamento linguístico não utilizamos ‘solteiro’ para nos referirmos às pessoas casadas. Supondo que o defensor da teoria de solteiro argumente que no caso de S ser casado, é inapropriado e não-garantido afirmar que ele é solteiro, entretanto, não é falso. Isto serviria para explicar nossa intuição de falsidade, confundimos assertibilidade não garantida com falsidade. Tal manobra é mal sucedida, por que poderia facilmente ser adaptada para qualquer contraexemplo dirigido a qualquer teoria.

Na concepção de DeRose:

Ela é a instância de um esquema geral que, se permitido, poderia ser usado para explicar os contra-exemplos organizados contra qualquer teoria sobre as condições de verdade dos tipos de sentença na linguagem natural. Sempre que nos deparamos com um contra-exemplo – em que a teoria diz que o que parece falso é verdadeiro, ou o que parece verdadeiro é falso – podemos facilmente atribuir verdade aparente (falsidade) à assertibilidade garantida (não-garantida) da sentença nas circunstâncias que sejam problemáticas para a teoria. Se permitirmos tais manobras, perderemos completamente nossa habilidade para testar proveitosamente as teorias que vão

²¹ DEROSE, K. **Contextualismo:** explanação e defesa. The Blackwell guide to epistemology. São Paulo: Loyola, 2008, p. 314.

²² DEROSE, K. **Contextualismo:** explanação e defesa. The Blackwell guide to epistemology. São Paulo: Loyola, 2008, p. 315.

²³ DEROSE, K. **Contextualismo:** explanação e defesa. The Blackwell guide to epistemology. São Paulo: Loyola, 2008, p. 315.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

contra os exemplos. Seria desastroso livrar a teoria de problemas em relação a contra-exemplos putativos tão facilmente²⁴.

A partir destas considerações o autor passa a diferenciar certas características presentes nos dois exemplos, com o objetivo de demonstrar quando uma MAG pode ser legitimamente utilizada. No primeiro exemplo, quando alguém sabe que *p*, parece tão ruim afirmar ‘É possível que *p*’, quanto ‘Não é possível que *p*’, mas, certamente, ambas não podem ser falsas, assim, há aqui uma intuição a ser explicada. O mesmo não se dá no caso da ‘teoria sobre solteiro’, parece verdadeiro dizer que homens casados não são solteiros, e parece falso dizer que são. Tendo isso em mente, “podemos perceber que a intuição de falsidade que algumas pessoas têm sobre ‘É possível que *p*’, em que o falante sabe que *p*, é a melhor candidata para a explicação via MAG do que são as intuições de falsidade referentes ao emprego de ‘*S* é solteiro’ a um homem casado”²⁵.

A maioria das MAGs pode ser explicada através da geração de uma falsa implicatura. Uma implicatura é algo que não é dito ao fazer uma afirmação, mas é transmitido por esta. Muitas vezes o que o falante quer dizer vai além do que ele diz, há coisas que estão implícitas na fala, que o falante está apenas insinuando, ou sugerindo. Uma implicatura é algo que é transmitido ao ouvinte, sem ser dito explicitamente, mas que pode ser inferido daquilo que foi dito, a implicatura presente em uma asserção varia de contexto para contexto, podendo adquirir diferentes significados. Dizer ‘É possível que *p*’ quando se sabe que *p*, dado a regra conversacional ‘afirme a mais sólida’, gera a falsa implicatura de que não se sabe que *p*, isto porque o ouvinte irá considerar que se *S* soubesse que *p*, afirmaria a proposição mais consistente. Afirmar a mais inconsistente implica que *S* não sabe que *p*, e trás consigo a aparência de falsidade, quando, na verdade, trata-se apenas de assertibilidade não garantida.

Já no caso da ‘teoria sobre solteiro’, trata-se de uma manobra de assertibilidade garantida restrita, conforme explana DeRose:

Uma MAG que simplesmente explica as intuições problemáticas de falsidade afirmando que as asserções em questão são não-garantidas, ou explica as intuições de verdade através de um apelo à assertibilidade garantida das asserções relevantes, sem explicar posteriormente por que as asserções verdadeiras não são garantidas e as falsas, garantidas²⁶.

²⁴ DEROSE, K. **Contextualismo**: explicação e defesa. The Blackwell guide to epistemology. São Paulo: Loyola, 2008, p. 317.

²⁵ DEROSE, K. **Contextualismo**: explicação e defesa. The Blackwell guide to epistemology. São Paulo: Loyola, 2008, p. 317.

²⁶ DEROSE, K. **Contextualismo**: explicação e defesa. The Blackwell guide to epistemology. São Paulo: Loyola, 2008, p. 318.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

DeRose vai além, e mostra que mesmo se admitíssemos que a manobra de assertibilidade garantida sobre solteiro apelasse à geração de implicaturas, isso acarretaria em outros problemas. Supondo que pudéssemos dizer que há uma regra conversacional que proíba que façamos a afirmação ‘S é solteiro’ quando S é casado, isso fará com que toda vez que proferimos essa afirmação o ouvinte pressuponha que S é não-casado. A afirmação ‘S é solteiro’ gera a implicatura de que S é não casado. Quando S for casado, a implicatura será falsa, mas não a afirmação. Confundimos a falsidade da implicatura com a falsidade da afirmação ‘S é solteiro’, assim, a MAG da teoria sobre solteiro pode ser defendida por apelo a implicaturas.

Mas, neste caso, a teoria sobre solteiro tem de explicar não somente intuições de falsidade, mas também intuições de verdade, o que é mais complicado, pois quando ouvimos a afirmação ‘Um homem casado é não solteiro’, temos a intuição de que se trata de uma afirmação verdadeira, mas segundo a teoria trata-se de algo falso. Pode-se explicar isto através do apelo a uma implicatura verdadeira, a afirmação ‘Um homem casado é não solteiro’ gera uma implicatura verdadeira, que é confundida com a verdade da asserção. Entretanto, falsidades têm assertibilidade não garantida, mesmo que pudesse haver casos em que gerassem implicaturas verdadeiras. Queremos evitar que implicaturas falsas decorram daquilo que dizemos, mas queremos principalmente evitar proferir falsidades, por isto MAGs bem-sucedidas não apelam à geração de implicaturas verdadeiras para explicar verdades aparentes²⁷.

Outra diferença importante entre os dois exemplos apresentados é que o primeiro explica a geração de falsa implicatura através de uma regra conversacional geral, enquanto o segundo, apela a uma regra específica a usos do termo solteiro. A teoria sobre solteiro consegue livrar-se dos contraexemplos a ela direcionados facilmente, pois não especifica quais as condições de verdade para a asserção ‘S é solteiro’, e afirma que as condições não apresentadas são condições de assertibilidade garantida, não de verdade.

Segundo o defensor da teoria, estas condições de assertibilidade garantida são geradas através de uma regra especial, válida somente para asserções que contenham o termo solteiro, a partir disto fica fácil explicar as intuições de falsidade que afetarão a teoria. Se casos deste tipo fossem aceitáveis, qualquer teoria poderia utilizá-los para refutar contraexemplos, criando regras especiais para as asserções que defendem, além do que ficaria muito difícil diferenciar entre condições de verdade e condições de assertibilidade garantida.

O mesmo não se dá com o primeiro exemplo, pois não é possível gerar implicaturas que expliquem intuições de falsidade, através de regras conversacionais gerais, para qualquer teoria. Em casos nos quais regras conversacionais gerais, que podem ser usadas para várias sentenças diferentes

²⁷ Ver: DEROSE, K. **Contextualismo**: explanação e defesa. The Blackwell guide to epistemology. São Paulo: Loyola, 2008.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

(e não apenas para aquelas que contêm o termo que se quer defender), mostrem que falsas implicaturas são geradas nas circunstâncias em que os contraexemplos são apresentados, pode-se considerar que a teoria dá conta destes contraexemplos. Assim, DeRose aborda:

Em suma, a melhor defesa bem-sucedida de NSDOJ começa com uma boa candidata para o ato de produzir MAGs: a intuição de que uma asserção é falsa, quando a asserção oposta também parece falsa, indica que alguma intuição deve ser explicada. Isso explica a aparente falsidade de ‘É possível que P’, e que o falante sabe que P através do apelo à geração de falsa implicatura, e também explica como essa implicatura é gerada por meio de uma regra bem geral de conversação em conjunto com o princípio NSDOJ do conteúdo das asserções em questão. Em contraposição, a defesa pouco convincente da teoria do ‘solteiro’ começa com uma má candidata para o ato de produzir MAGs: uma intuição de que uma asserção é falsa, quando a asserção oposta parece ser verdade, de modo que nossas intuições sobre ambas as asserções teriam de ser explicadas. Na medida em que apela à geração de implicaturas em suas explicações, ela tem de gerar essas implicaturas através de regras especiais que se aplicam somente a asserções que envolvam os termos em questão. Ainda assim, ela enfrenta dificuldades com intuições de verdade, quando parece envolver-se em afirmações de que asserções falsas podem ser garantidas caso gerem implicaturas verdadeiras²⁸.

Com base em sua avaliação de Manobras de Assertibilidade Garantida, DeRose pretende mostrar que a manobra utilizada pelos invariantistas contra o contextualismo não é bem-sucedida, pois não corresponde aos critérios analisados anteriormente, a não ser àqueles preenchidos por manobras malsucedidas.

A teoria contextualista atribui conhecimento em contextos de baixo padrão, afirmando que é verdadeiro e apropriado dizer que alguém conhece nestes contextos, e que é falso e inapropriado dizer que não conhece. Já em contextos de padrões elevados, o contextualista nega conhecimento, afirmando que é falso e inapropriado atribuir conhecimento, e que é verdadeiro e apropriado negá-lo. Se o invariantista quiser utilizar MAGs para refutar o contextualismo, ele estará tão encrocado quanto os defensores da teoria sobre solteiro, no exemplo de DeRose, pois terá que explicar, em qualquer um dos casos (padrões elevados ou baixos), tanto a falsidade aparente (quando é falso atribuir conhecimento ou negá-lo) quanto à verdade aparente (quando é verdadeiro atribuir ou negar conhecimento).

Segundo DeRose, a objeção que o invariantista levanta contra o contextualismo é uma objeção de assertibilidade restrita: “ela afirma somente que as condições de assertibilidade garantida, e não as condições de verdade, que variam com o contexto, o que faz com que o contextualista seja acusado de

²⁸ DEROSE, K. **Contextualismo**: explicação e defesa. The Blackwell guide to epistemology. São Paulo: Loyola, 2008, p. 320.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

confundir assertibilidade garantida com verdade”²⁹. Desta forma, o argumento invariantista é novamente muito semelhante ao argumento da teoria sobre solteiro, pois apela a possibilidade restrita de que assertibilidade garantida está sendo confundida com verdade, bem como apela a regras especiais para o termo conhecer. Ainda DeRose pontua:

A maioria dos que não aceitam o contextualismo em função de considerações incorporadas na objeção de assertibilidade garantida não percebe que está admitindo algo tão radical [...] de inflexível severidade e falsidade sistemática, aplicada a diversos campos de nossa linguagem. Por outro lado, até onde eu vejo, eles estão sendo impulsionados por nada mais que uma MAG restrita, que infelizmente não satisfaz todos os critérios necessários para que uma MAG possa ser bem-sucedida³⁰.

Através de sua análise de Manobras de Assertibilidade Garantida, DeRose consegue demonstrar que o uso que os invariantistas fazem destas é um uso restrito e, portanto malsucedido, não tendo força suficiente para refutar o contextualismo, assim, põe abaixo o principal argumento já apresentado contra as abordagens contextualistas.

As objeções que se faz ao contextualismo, em geral, são objeções comprometidas com uma visão tradicional de conhecimento e de justificação. O contextualismo está comprometido com uma concepção prática de conhecimento, que pensa o conhecimento como relativo às práticas e normas sociais e não como universal, a priori e irrevogável. As críticas dirigidas a ele são feitas a partir de uma perspectiva que se mantém comprometida com conceitos da tradição. Há conceitos, que apesar de centrais para epistemologia tradicional, foram abandonados ou revistos pelas teorias contextualistas.

Assumir uma teoria contextualista acarreta em uma reformulação de conceitos centrais para a epistemologia, como sujeito, justificação, conhecimento, não há como conceber conhecimento como a tradição o concebeu, para um contextualista não há conhecimento, há conhecimentos. Não há justificação, quando por justificação se entende dar razões, e estas razões são logicamente encadeadas e ligadas uma a outra por inferência. Justificação, em uma concepção contextualista tem que ser assumida em um sentido mais amplo, como estar garantido a proferir uma crença, estar legitimado a afirmar que p.

Para o contextualismo, aquele que crê, tem o direito de crer, neste contexto, mas pode não tê-lo em outro, uma pessoa tem garantias para afirmar que p, neste contexto, mas não em qualquer tempo ou espaço, não em qualquer circunstância. A pessoa, ou grupo de pessoas que afirma p está legitimado a fazê-lo, pela comunidade em que está inserido e só neste sentido, é possível pensar em justificação no contextualismo. O conceito de justificação é reformulado, bem como o de conhecimento, que

²⁹ DEROSE, K. **Contextualismo**: explanação e defesa. The Blackwell guide to epistemology. São Paulo: Loyola, 2008, p. 322.

³⁰ DEROSE, K. **Contextualismo**: explanação e defesa. The Blackwell guide to epistemology. São Paulo: Loyola, 2008, p. 324.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

adquire dimensões práticas, e o de sujeito, que não visa mais ser um sujeito universal, mas que é um sujeito situado histórica e socialmente, e tem estas particularidades consideradas quando lhe é atribuído ou negado conhecimento.

Tendo isto em mente, podemos nos colocar a pensar o que as objeções céticas representam para o contextualismo. Smith³¹ como cético assumido que é, afirma que o ceticismo tem uma preocupação teórica, que o cético está preocupado com questões teóricas acerca do conhecimento, e não com a dimensão prática e cotidiana deste. Afirma mais, que o cético está preocupado com situações de justificação, assim, nota-se que as preocupações são antagônicas, pois o contextualismo afirma-se, desde sempre, preocupado em garantir nossas afirmações diárias de conhecimento, ou seja, visa um conhecimento prático. E mais, trata-se, segundo a maioria de seus defensores, de uma teoria do conhecimento, e não de uma teoria da justificação.

DeRose³² afirma que ele, como a maioria dos contextualistas com quem tem conversado, assume um contextualismo sobre o conhecimento, e não sobre a justificação. Lewis³³ não admite que a justificação seja dependente do contexto, ao menos não se utiliza disto explicitamente em suas explicações acerca de avaliações epistêmicas dependentes de contexto, mas, também não admite que a justificação seja condição necessária para o conhecimento. Segundo Fogelin³⁴, Lewis sugere o rompimento da ligação entre conhecimento e justificação, a maioria das teorias contextualistas foram pensadas como teorias do conhecimento, e não como teorias da justificação, e o ceticismo em sua forma mais interessante é dirigido às teorias da justificação.

O contextualismo é uma teoria do conhecimento, mas mais do que isto, é uma teoria do conhecimento prático, do conhecimento relativo às práticas e normas sociais de um povo, de uma cultura ou, de uma comunidade, trata-se de uma preocupação com o conhecimento cotidiano, mas também com o conhecimento científico. Diferente da preocupação da tradição, pois vê o conhecimento não mais como universal, imutável e absoluto, mas como nas ciências, revisável, falível e aperfeiçoável.

O conhecimento científico está sempre em progresso, por que negar esse progresso em epistemologia? Dizer que as bases do conhecimento são infalíveis é altamente questionável, basta analisar o conhecimento da física, por exemplo. Desde os gregos antigos até a física contemporânea, muito pouco, quase nada, foi conservado, mesmo que insistamos em considerar o conhecimento como construído sobre crenças básicas, o alicerce é revisável. O conhecimento não pode ser considerado

³¹ SMITH, P. J. Conhecimento, justificação e verdade. *Dissertatio*, Pelotas, n. 23, p. 7-25, 2006.

³² DEROSE, K. *Contextualismo: explanação e defesa*. The Blackwell guide to epistemology. São Paulo: Loyola, 2008.

³³ LEWIS, D. Elusive Knowledge. *Australian Journal of Philosophy*, vol. 74, p. 549-67, 1996.

³⁴ FOGELIN, R. J. *Contextualism and externalism: trading in one form of skepticism for another*. *Philosophical Issues*, 10. Skepticism, 2000.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

como estagnado, e admitir conceitos como infalibilidade e universalidade é concebê-lo desta forma, é desconsiderar sua evolução característica.

Lehrer³⁵ afirma que, apesar de as dúvidas céticas terem o poder de nos fazer abandonar a maioria das crenças que assumimos como confiáveis, essas crenças podem ser retomadas. Neste sentido Lehrer comenta:

Por que os conceitos que nós rejeitamos podem ser melhores do que o que alguém sustenta, nós podemos ter que reciclar o que nós descartamos. Nenhum conceito ou crença é sacrossanto na questão da verdade, e há sempre alguma chance de que qualquer um possa ser rejeitado como enganoso ou errôneo³⁶.

Lehrer³⁷ defende que o conhecimento é falível e revisável, de forma que o que assumimos hoje como certo pode mostrar-se errôneo em algum momento, porém mais do que isto, o que o autor mostra é que por mais persuasivas que possam ser as objeções céticas, elas não são duradouras. As crenças que são questionadas e abandonadas podem ser revistas e aperfeiçoadas, e desta forma admitidas novamente.

Considerando as reformulações necessárias para uma boa compreensão da epistemologia contextualista, percebe-se que levantar objeções céticas é desnecessário e irrelevante. E não, porque o contextualismo abre uma concessão ao cético, mas porque para o conhecimento que o contextualismo está preocupado em garantir, o ceticismo é irrelevante. E isso não significa que o contextualista esteja afrouxando padrões de forma a possibilitar o conhecimento, pois padrões científicos são rígidos, mas as objeções céticas não impossibilitam que os cientistas estejam de posse de conhecimento quando proferem uma quantidade considerável de crenças. Não significa também, que os cientistas não levem em consideração uma gama consideravelmente grande de alternativas quando produzem ciência. Claro, que requerer que se considerem todas as alternativas possíveis é irreal e inviável para seres humanos finitos, nenhum cientista deixa de produzir conhecimento porque não sabe se está acordado ou sonhando, ou porque já errou uma vez e pode errar novamente.

O contextualismo não é uma aceitação do ceticismo, ao contrário, é uma negação deste, é a afirmação de que as objeções céticas são irrelevantes para nossas afirmações de conhecimento, e que nossas afirmações podem ser consideradas garantidas mesmo que não consigamos refutar o ceticismo, pois o ceticismo não as afeta.

Pode-se levantar a objeção de que o contextualismo não garante o conhecimento em contextos epistemológicos, mas a resposta a isto é simples: ele não garante o conhecimento para a epistemologia

³⁵ LEHRER, K. **Theory of knowledge**. 2. ed. Colorado: Westview Press, 2000.

³⁶ LEHRER, K. **Theory of knowledge**. 2. ed. Colorado: Westview Press, 2000, p. 206.

³⁷ LEHRER, K. **Theory of knowledge**. 2. ed. Colorado: Westview Press, 2000.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

tradicional. Mas isso não é problema, pois ele também não concebe conhecimento como a epistemologia tradicional, e não se ocupa dos mesmos conceitos que esta.

Mas dizer que o contextualismo não garante o conhecimento em contextos epistemológicos pode nos levar a questionar o que são contextos epistemológicos. Se a resposta for, contextos regidos por padrões epistemológicos, perguntaremos: que padrões são estes? O que caracteriza estes padrões? Se a resposta for, preocupações epistemológicas, então queremos saber: que preocupações são estas? A epistemologia não está preocupada, exatamente, em garantir a existência de um mundo exterior, e provar que nossas percepções são reais, e não fruto de engano massivo e ilusão? Se forem estas as preocupações epistemológicas, e for isto que rege os padrões em contextos epistemológicos, a questão que fica é: há algo mais cotidiano que isto? Existe algo mais presente em nossa vida cotidiana do que a afirmação de que temos mãos para tocar os objetos, e de que estes objetos existem?

O que queremos sugerir aqui é que a epistemologia se ocupa com afirmações cotidianas de conhecimento, e é com estas afirmações que está preocupada, então não faz sentido dizer que o contextualismo não garante o conhecimento em contextos epistemológicos, mas garante apenas nossas afirmações diárias de conhecimento.

Essa diferenciação é descabida, pois a epistemologia, mesmo a tradicional, sempre se ocupou desse tipo de afirmações, sempre buscou garantir nosso direito a crenças cotidianas. Ora, os exemplos que mais encontramos em textos de epistemologia são: S sabe que viu um gato no telhado, S sabe que tem mãos, S sabe que há biscoitos no pote. Não há crenças mais cotidianas que estas, então, se os epistemólogos estão dispostos a admitir que o contextualismo dá conta do conhecimento diário, e eles admitem que são os tipos de conhecimento acima citados que preocupam a epistemologia, eles terão de admitir que o contextualismo dá conta de garantir o conhecimento.

Referências

- BRENDEL, E.; JÄGER, C. *Contextualism approaches to epistemology: Problems and Prospects*. Erkenntnis, Netherlands, 61: 141-172, Kluwer Academic Publishers, 2004.
- DEROSE, K. *Contextualismo: explicação e defesa*. The Blackwell guide to epistemology. São Paulo: Loyola, 2008.
- FOGELIN, R. J. *Contextualism and externalism: trading in one form of skepticism for another*. Philosophical Issues, 10. Skepticism, 2000.
- LEHRER, K. *Theory of knowledge*. 2. ed. Colorado: Westview Press, 2000.
- LEWIS, D. *Elusive Knowledge*. Australian Journal of Philosophy, vol. 74, p. 549-67, 1996.
- SMITH, P. J. *Conhecimento, justificação e verdade*. Dissertatio, Pelotas, n. 23, p. 7-25, 2006.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 197-214
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------